PAUTA
PARA A 48ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 25 DE ABRIL DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 274, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Antonio Paulo Gera" ao trevo de acesso localizado no km 42 da Rodovia Waldyr Canevari, em Nuporanga

2 - Projeto de lei nº 275, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Down de Itapira", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 276, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Declara de utilidade pública a "Casa do Pequeno Trabalhador", em Presidente Prudente.

4 - Projeto de lei nº 277, de 2012, de autoria do deputado André Soares. Assegura aos usuários do sistema de transporte público do Estado a oferta de acesso gratuito à internet sem fio.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 270, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Altera a Lei nº 8.510, de 1993, que dispõe sobre a parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, redistribuindo a arrecadação entre os municípios pertencentes a cadeia da produção do álcool anidro no Estado.

2 - Projeto de lei nº 271, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Casa da Infância e da Juventude de Aparecida", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 272, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Centro Social Comunitário Cristo Rei", em Guariba.

4 - Projeto de lei nº 273, de 2012, de autoria da deputada Beth Sahão. Autoriza o Poder Executivo a incorporar à Universidade Estadual Paulista - UNESP o Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva (IMES), naquele Município.

5 - Moção nº 31, de 2012, de autoria do deputado Carlos Cezar. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que as propostas de alteração dos dispositivos legais que tratam do aborto e dos crimes contra a dignidade sexual contidas no anteprojeto do novo Código Penal não sejam efetivadas.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 6, de 2012, de autoria da deputada Analice Fernandes. Regulamenta as Audiências Públicas no âmbito das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa.

2 - Projeto de lei nº 259, de 2012, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Eduardo Jeronymo Baggio" ao complexo de viadutos que interliga a Rodovia Anhanguera - SP 330 (km 50) e a Rodovia dos Bandeirantes - SP 338 (km 47), em Jundiaí.

3 - Projeto de lei nº 260, de 2012, de autoria do deputado João Caramez. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Tropeada Paulista de Itararé a Sorocaba".

4 - Projeto de lei nº 261, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Declara o Município de Cubatão "Capital das Bandas e Fanfarras".

5 - Projeto de lei nº 262, de 2012, de autoria do deputado Edinho Silva. Institui desconto no valor anual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - aos proprietários condutores de veículos que não tenham incorrido em infração de trânsito.

6 - Projeto de lei nº 263, de 2012, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Dá a denominação de "Luiz Angleberto Machado" à Delegacia Seccional de Polícia de Itapetininga.

7 - Projeto de lei nº 264, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Institui a Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP.

8 - Projeto de lei nº 265, de 2012, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Prof. José Ignácio Azevedo Filho" à Escola Técnica Estadual - ETEC de Ituverava.

9 - Projeto de lei nº 266, de 2012, de autoria do deputado Baleia Rossi. Autoriza o Poder Executivo a criar, na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, a Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho.

10 - Projeto de lei nº 267, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Classifica como Estância Turística o Município de Cotia.

11 - Projeto de lei nº 268, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Dá nova redação ao § 5º do artigo 7º do Decreto-lei nº 257, de 1970.

12 - Projeto de lei nº 269, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Determina que os estabelecimentos públicos de ensino do Estado enviem aos pais ou responsáveis pelos alunos carta informando os respectivos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

13 - Moção nº 30, de 2012, de autoria do deputado André do Prado. Aplaude a Rede Vida de Televisão, na pessoa de seu fundador João Monteiro de Barros Filho, por seu mérito e importância.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 258, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Revoga a Lei nº 12.408, de 2006, que autoriza a Fazenda do Estado a transmitir, por cessão gratuita, à Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, os direitos possessórios que detém sobre imóvel que especifica.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 253, de 2012, de autoria do deputado José Zico Prado e outros. Altera a Lei nº 11.600, de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10ª Região Administrativa do Estado.

2 - Projeto de lei nº 254, de 2012, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Obriga as emissoras de Rádio e Televisão a transmitirem a execução do Hino Nacional nos eventos esportivos do Estado.

3 - Projeto de lei nº 255, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece igualdade na distribuição do lucro ou dos resultados das empresas estatais aos seus empregados.

4 - Projeto de lei nº 256, de 2012, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Obriga a afixação de cartazes em todas as Unidades de Saúde, no âmbito do Estado, com os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde estabelecidos pela Lei nº 10.241, de 1999.

5 - Projeto de lei nº 257, de 2012, de autoria da deputada Analice Fernandes. Institui a campanha de conscientização e combate aos crimes de violência praticados contra a mulher.

6 - Moção nº 29, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal para que empreenda os esforços necessários para dar urgência à tramitação do Projeto de Resolução nº 72 de 2010, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas, com isso pondo fim às chamadas "Guerra Fiscal" e "Guerra dos Portos", beneficiando a Indústria Nacional, gerando emprego e renda no Brasil.

Em pauta por 1 (uma) sess«o para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 226 do Regimento Interno (Urgência).

1 - Projeto de resolução nº 7, de 2012, de autoria da Mesa. Altera o artigo 1º da Resolução nº 858, de 2008.

2 - Projeto de resolução nº 8, de 2012, de autoria da Mesa. Cria os cargos que especifica para auxiliarem nos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, instituída pela Resolução nº 879, de 2012.

3 - Projeto de lei Complementar nº 13, de 2012, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 480, de 2011, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Declara de utilidade pública a "Ativistas Iacrienses de Combate ao Câncer - AICC", em Iacri.

2 - Projeto de lei nº 758, de 2011, de autoria do deputado Orlando Morando. Institui o "Dia da Eubiose".

3 - Projeto de lei nº 938, de 2011, de autoria do deputado Ed Thomas. Declara de utilidade pública a "Associação de Deficientes de Maracaí - ADEM, naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 978, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Dia da Proteção Animal".

5 - Projeto de lei nº 1090, de 2011, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Prof.ª Raymi Oliveira Baptista Pereira" à Escola Estadual "Guia Lopes" - Vila Dutra, em Bauru.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 622, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Novo Oriente - Governador Orestes Quércia" à ponte sobre o rio Tietê localizada no km 215 da Rodovia SP 563, em Pereira Barreto.

2 - Projeto de lei nº 707, de 2011, de autoria da deputada Analice Fernandes. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Vale das Virtudes", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 1058, de 2011, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Dá a denominação de "Getulio Campanha" ao trevo de acesso a Cedral, situado no km 425 da Rodovia Washington Luis - SP 320, naquele Município.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 481, de 2011, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual da União Estável Homoafetiva".

2 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2004, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado, que julgou irregulares o Processo Seletivo da Concorrência Pública e o Contrato celebrado pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER - e a Transtécnica Construções e Comércio Limitada, bem como o Termo de Aditamento celebrado em 10/01/1995, constante do TC - 22056/026/94.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 985, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 036173/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Tamoyos Ltda.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 1001, de 2005, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Susta a execução do contrato celebrado em 30/05/01, entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e o Consórcio Enger - CKC, objetivando a prestação de serviços de consultoria para apoio ao gerenciamento geral da implantação das obras de rebaixamento e ampliação da calha do Rio Tietê - Fase II do Projeto de Despoluição da Bacia do Rio Tietê.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 69, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028774/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) entre a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Simioni Viesti Ltda, sendo o contrato celebrado em dezenove de setembro de dois mil e três, objetivando a construção de 141 (cento e quarenta e uma) unidades habitacionais tipo VI22F-V2 para o empreendimento habitacional localizado no Município de Rio Claro/SP.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 89, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026277/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa CDM Construtora e Empreendimentos Ltda.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 125, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026155/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a TECNOSUL Engenharia e Construções Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 172, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 033139/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Jábali Aude Construções Ltda.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 173, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028762/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Consórcio - Metrópole Menin.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 182, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028775/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Jataí Ltda.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 206, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034078/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Engelux Comercial e Construtora Ltda.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 212, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034094/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Itajaí Ltda.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 214, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016611/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Metrópole Engenharia e Comércio Ltda.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 238, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023473/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtécnica Engenharia Ltda.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 239, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004429/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Schahin Engenharia Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 2, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028366/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Desing Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021029/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L.Castelo Engenharia e Construções Ltda.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026177/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Tecnosul Engenharia e Construções Ltda.

19 - Projeto de decreto legislativo nº 11, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021364/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L. Castelo Engenharia Ltda.

20 - Projeto de decreto legislativo nº 81, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão prolatado pela E. 1ª Câmara referente ao Processo TC-013139/026/04, que julgou irregular o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora J. Sogame Ltda.

21 - Moção nº 72, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 7376 de 2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

22 - Moção nº 105, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que o Projeto de Lei 1472, de 2007, que estabelece medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços, através do documento fiscal ou em painel eletrônico visível no ato da compra, seja aprovado.

23 - Moção nº 132, de 2011, de autoria do deputado João Caramez. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal para que, na apreciação e votação do Projeto de Lei nº 30, de 2011, que propõe a reforma do Código Florestal, seja suprimido o texto final da alínea b, bem como a alínea f, do inciso VIII do artigo 3º constante da emenda proposta pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dessa egrégia Casa de Leis.

24 - Moção nº 142, de 2011, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que engendrem esforços para que o Art. 25, Capítulo V, da Lei nº 10.741, de 2003, seja realmente efetivado, transformando a universidade aberta em uma realidade por todo o território brasileiro.

25 - Moção nº 1, de 2012, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e outros. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que tomem as providências administrativas e legislativas necessárias para fiscalizar e impedir o acesso de crianças e adolescentes a salas de bate-papo virtual de conteúdo sexual, a imagens pornográficas ou aos demais meios de exploração de sexo na Rede Mundial de Computadores.

26 - Moção nº 9, de 2012, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes a elaboração de Projeto de Lei vislumbrando a inclusão no rol de contribuições passíveis de serem deduzidas do imposto de renda apurado, especificamente elencadas no artigo 12 da Lei Federal n.º 9.250, de 1995, aquelas efetivamente realizadas em favor de entidades não lucrativas que tenham por finalidade a proteção dos animais.

27 - Moção nº 11, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários a fim de que intercedam junto ao Relator do Projeto de Lei 1876/99 para o restabelecimento na íntegra do artigo 5º, parágrafo 4º, estabelecendo que, nos reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia ou abastecimento público, a faixa da Área de Preservação Permanente será de 15 metros em área urbana e de 30 metros na área rural, a partir da cota máxima cheia.